



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

ELIZANDRO SILVA QUADÉ

**ÊXODO RURAL DE JOVENS CAMPONESES E ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-
BISSAU: CASO DE REGIÃO DE CACHEU- SECÇÃO DE CÓ (2014 a 2023)**

REDENÇÃO
2025

ELIZANDRO SILVA QUADÉ

**ÊXODO RURAL DE JOVENS CAMPONESES E ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-
BISSAU: CASO DE REGIÃO DE CACHEU- SECÇÃO DE CÓ (2014 a 2023)**

Projeto de pesquisa apresentado pelo estudante Elizandro Silva Quadé ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Orientação:

Profº Drº Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

REDENÇÃO

2025

ELIZANDRO SILVA QUADÉ

**ÊXODO RURAL DE JOVENS CAMPONESES E ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-
BISSAU: CASO DE REGIÃO DE CACHEU- SECÇÃO DE CÓ (2014 a 2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Humanidade, apresentado na modalidade de projeto de pesquisa ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção de grau Bacharel em Humanidades.

Data da Aprovação: 21/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (**Orientador**)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profª Drª Ana Carolina da Silva Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profº Drº Rubilson Velho Delcano

Universidade Federal do ABC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Problematização.....	9
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral.....	11
2.2 Objetivos específicos.....	11
3. JUSTIFICATIVA.....	12
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
4.1 Êxodo rural, agricultura familiar e ensino superior.....	14
4.2 Políticas públicas no campo.....	20
5. METODOLOGIA.....	22
6. CRONOGRAMA.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa pretende analisar os processos do êxodo rural e ensino superior de jovens camponeses na Guiné-Bissau entre os anos de 2014 a 2023. Queremos compreender, mais especificamente, o impacto do êxodo rural na agricultura familiar na região de Cacheu-Secção de Có, onde, nas últimas décadas, tem havido intenso processo de migração de jovens do campo para a cidade, intensificado com a globalização.

A Guiné-Bissau é um país africano situado na Costa Ocidental da África, também chamada de África Subsaariana, tropical, sendo limitado ao norte pelo Senegal, ao sul e este pela Guiné Conakry e oeste pelo Oceano Atlântico. O país tem uma superfície geográfica total de 36.125 km² e uma população estimada em 1.816.450 milhões de habitantes, distribuída por uma parte continental e outra insular, esta última, constituída por oitenta e oito (88) ilhas, ilhéus e ilhotas que compõem o arquipélago dos Bijagós ao largo do Oceano Atlântico. O arquipélago cobre uma área geográfica de 10.000 km² e uma população estimada de 32.400 habitantes (Ine, 2024).

Em termos administrativos, a Guiné-Bissau está dividida em três províncias – Norte, Este e Sul e um Setor Autónomo de Bissau que compõem oito (8) regiões administrativas, sendo limitada ao norte pela Biombo, Cacheu e Oio; ao sul pela Quinara e Bolama / Bijagós e a este pela Bafatá e Gabu. Por sua vez, as regiões subdividem-se em 36 setores, repartidos em Sessões ou em grupos menores de comunidades. O Setor Autónomo de Bissau, centro político-administrativo, com maior número da população, concentra 25,2% de guineenses, seguida de Oio (14,9%), Arquipélago dos Bijagós (2,2%), Gabu (14,2%), Bafatá (13,9%), Cacheu (12,8%), Tombali (6,3), Quinara (4,2) e Biombo com 6,4% do total da população do país, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (Ine, 2024). A população rural representa 993.054 habitantes, enquanto a urbana representa 823.396 habitantes. Já a população feminina é estimada em 959.620 e a masculina em 856.830 mil habitantes (Ine, 2024). Esses indicadores têm implicações tanto em relação ao êxodo rural, mediante o processo de regionalização, quanto em termos socioeconômicos e socioculturais na constituição de familiares, quanto no modo de produção e consumo na região de Cacheu que caracteriza a Secção de Có.

A Secção de Có – nosso campo de pesquisa - é uma aldeia comunitária que forma a Guiné-Bissau, aproximadamente a 50 km² da capital Bissau, localizada ao norte do país, majoritariamente habitado pela etnia Mancanhi. A estrutura hierárquica da sociedade Mancanhi é centrada na figura do régulo ou autoridade tradicional da comunidade, geralmente um homem, que detém poderes políticos, religiosos e econômicos, baseada na santidade, de cuja sucessão é

fundamentada em linhagens, mas não necessariamente hereditárias. O régulo é legitimado religiosamente pela comunidade e possui a autoridade para conduzir rituais e cerimônias. Sua obediência é justificada por crenças e costumes herdados dos antepassados. Isto é, de alguém que herdou ou ascendeu ao poder por meio de santidade das tradições e costumes estabelecidos ao longo do tempo (Mango, 2001)

Mas, para exercer o seu poder, o régulo precisa de auxiliares que desempenham papéis fundamentais para regulamentação da sociedade mancanhi. Em termos da hierarquia, o régulo situa-se no topo de poder, seguido de seus auxiliares, denominados bandjanhãs ou bansughãs. Entre esses dois, situa-se o povo, cada qual possui funções específicas e atua de forma equilibrada, garantindo o funcionamento da comunidade mancanhi. Assim, enquanto o régulo é responsável por pessoas e gados, os bansughãs são responsáveis pela gestão de terras sob sua supervisão (Joa, 1989).

Os Mancanhis têm na agricultura como principal meio de subsistência, refletindo a tradição da maioria da população guineense que vivem no campo, complementando essa prática com a pesca, tanto no contexto rural, quanto nas ilhas, como forma de vida e manutenção das comunidades locais. A agricultura é predominantemente realizada com enxadas e arados, como instrumentos de produção de bens de consumo, como a mancara ou amendoim e o milho, principais cultivos da comunidade. Suas produções desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, não só no fornecimento de proteínas, mas também como fator econômico, social e cultural fundamental da atividade agrícola muito presente em várias regiões da Guiné-Bissau. A produção de legumes e verduras envolve principalmente as mulheres produtoras e vendedoras (*bideras*), geralmente mulheres solteiras, casadas ou viúvas, destacando a presença feminina na sociedade mancanhi (Mango, 2001).

Contudo, apesar da presença da comunidade na agricultura, há pouco incentivo do estado à agricultura rural e urbana. Isso porque, como existem poucos programas de políticas públicas que visem reforçar o desenvolvimento rural e a segurança alimentar das comunidades, garantindo a produção, o consumo e o comércio de alimentos e a geração de renda para agricultores, as famílias agricultoras enfrentam a desvalorização pela falta de crédito, lidando, diariamente, com incertezas. No setor de Cói, por exemplo, no interior da Região de Tombali, os habitantes dependem de pequenas atividades agrícolas, como a produção de arroz, legumes e castanha de caju, para sustento familiar (Santos, 2022), mas carecem de assistência técnica, acesso à terra produtiva, geração de renda e programas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar.

A convivência comunitária na Seção de Có é caracterizada por relações de parentesco e vizinhança, onde a união entre patrimônio, trabalho e consumo é fundamental para a vida social e econômica da comunidade. Essa dinâmica enfatiza o apoio mútuo entre os membros, desenvolvido por agricultores familiares na produção família e busca do equilíbrio em tarefas comunitárias, como estímulos à produção e o acesso às terras cruciais para a manutenção das comunidades e redução da pobreza rural.

Um dos desafios que se coloca à população rural guineense é a concessão de terras pelo qual o governo transfere a posse ou o uso de terras públicas para uma comunidade, um indivíduo e recentemente as empresas, sejam eles nacionais ou estrangeiras. Essas transferências normalmente podem ocorrer por várias motivações, como incentivo a atividades econômicas ou projetos de interesses públicos. No entanto, ocorre que os interesses particulares empresariais acabam se sobrepondo aos interesses públicos, supostamente em nome do desenvolvimento econômico e aumento da produtividade. No caso guineense, a política fundiária teve vários momentos ao longo do tempo. Antes da colonização, no século XIX, as terras pertenciam às populações nativas, ocupadas mediante critérios costumeiros da tradição dos grupos étnicos com objetivo de preservação de famílias e satisfação das necessidades de sobrevivência das comunidades, com baixo grau de divisão de trabalho que configura a solidariedade coletiva.

No período da colonização, anos 1949 a 1973, houve alteração fundiária, na qual houve a regulamentação de terras, transformadas em propriedades privadas, através de sistema de titulação e produção para o mercado internacional, geralmente para a metrópole, por meio de direito fundiário que regimentava as relações legais sobre a posse, o uso, a propriedade, a compra, a venda e o arrendamento rurais e urbanos.

Como disse o sociólogo guineense Carlos Lopes (1988, p. 33), o colonialismo introduziu a industrialização dos direitos fundiários através do recurso ao registro, inspirado no “acto de torres” da doutrina colonial britânica de regulação fundiária, especialmente em áreas rurais, porém estranho aos africanos. O “acto de torres” de apropriação de terras ou de grilagem, ocorre mediante procedimentos de registro escritos (boletins e requerimentos), às vezes adulterados, excluindo a maioria da população camponesa dos benefícios da atividade agrícola relacionados ao título de propriedade privada de terra, baseada na escrita, podendo os camponeses, sem acesso à escrita formal, serem expulsos de suas terras a qualquer momento, como normalmente acontece. Isso acabava gerando resistências camponesas contra a dominação e a exploração em defesa de suas autonomias, preservando seus territórios, identidades e a cultura camponesa.

No período após a independência da Guiné-Bissau, anos 1973 a 1980, houve uma terceira transformação no sistema de regulação fundiária na forma de apropriação de terra, marcada pela nacionalização, mantendo, em outras formas, a herança do período colonial, mas de forma distinta, onde o estado assume o controle da terra como propriedade nacional com intuito de fomentar a produção agrícola para o consumo interno, reduzir a dependência externa e fortificar o mercado interno. Na Guiné-Bissau, nesse período, o esforço do estado guineense baseou-se na produção industrial para a substituição da importação durante o primeiro governo de Luís Severino de Almeida Cabral, primeiro presidente após independência do país, entre 1973 a 1980. A Guiné-Bissau, após independência, contava com apoio do Bloco Soviético na luta pela independência tanto no fornecimento de material bélico quanto na formação de quadros nacionais de administração pública. Com o colapso da antiga União Soviética, que ocorreu em 1991, houve uma crise econômica profunda na Guiné-Bissau, que se estendeu para alguns países latino-americanos, caracterizada por dívidas externas impagáveis e instabilidade cambial, cujo impacto ampliou o êxodo rural de jovens camponeses. O estado guineense, mergulhado nos problemas econômicos, implementou a política de “balcanização” da produção agrícola, sem cooperação entre as unidades produtivas. “A ausência de estratégia do estado guineense gerou a fragmentação dos projetos de desenvolvimento agrícola, em nome da ‘capacitação técnica’ dos agricultores” (Lopes, 1988, p. 31)

Nos finais dos anos 1980 e início de 1990, impulsionadas por reformas políticas e econômicas neoliberais patrocinadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), celebrado no Consenso Washington ou “Bretton Woods”, o estado guineense foi obrigado a redirecionar a sua política interna para ajustes estruturais com promessa da estabilização macroeconômica e apoio internacional para o desenvolvimento no quadro da reestruturação do sistema econômico internacional. Apesar das promessas de desenvolvimento, os resultados mostraram-se insuficientes, com aumento da pobreza, da desigualdade e da dependência do financiamento externo das agências internacionais do desenvolvimento que continuam a ter um papel importante na definição de políticas públicas nacionais em África. As consequências negativas da política de ajustes tiveram efeitos prejudiciais para agricultura familiar, sobretudo para a juventude rural e famílias camponesas, que, infelizmente, só podiam se manter sobrevivendo enquanto durasse o financiamento externo dos organismos internacionais, via estado ou através das ONGs, redirecionando a produção camponesa e suas culturas para as técnicas agrícolas para o desenvolvimento, cujos ganhos de produtividade são, quase sempre, desajustados com a realidade dos países de África (Lopes, 1988), daí as tensões

entre famílias camponesas e o estado causadas pela disputa por terra e exploração mercantil dos recursos naturais.

1.1 Problematização

A questão do êxodo rural trouxe grandes transformações no campo na Guiné-Bissau, sobretudo na região de Cacheu-Secção de Có, provocando grande deslocamento de jovens camponeses à procura de ensino superior e novas oportunidades de emprego, sobretudo na cidade de Bissau, conhecida por concentrar os recursos econômicos, políticos e instituições do ensino superior e de estado. As transformações no campo é um fenômeno global, causado por diversos fatores, internos e externos, tais como o envelhecimento da população, a falta de acesso ao ensino, o desemprego, o êxodo rural, entre outros fatores, impulsionados pela globalização. Apesar da globalização do modo de produção, a situação da juventude rural guineense ficou marcada pela marginalização e falta de condições básicas de sobrevivência da população, exatamente num momento em que a comunidade da região de Cacheu-Secção de Có demanda maior presença da juventude rural na produção no campo. A preocupação com a desigualdade nas regiões pode ser encontrada nos dados do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II, 2011), da Guiné-Bissau, onde a situação da pobreza absoluta revela-se mais profunda no campo, acentuando-se em 26,4%, em contraposição à cidade Bissau, capital, situando-se em 19,8%, em dados absolutos da pobreza. Desse percentual, os jovens, incluindo as meninas com a idade compreendida entre 15 aos 35 anos, são os mais afetados pela pobreza e desigualdade de gênero. Mesmo entre os idosos, em termos de gênero, a pobreza geralmente atinge mais as mulheres e meninas, quando comparado com os homens, cuja intensidade varia em função do tamanho do agregado familiar, quase sempre sob a responsabilidade de mulheres.

Além da desigualdade e da pobreza, há que considerar, também, a presença de conflito interno, misturado com golpes de estado, como aquele que ocorreu de 7 de junho de 1998 a 10 de maio de 1999. A caracterização deste conflito no país privilegia uma abordagem estrutural, marcada pela presença de classe castrense na política nacional, bem como as incertezas de ordem econômica tendo como consequência à fraca presença de estado na implantação de políticas de desenvolvimento local. A ausência do estado fez com que a atividade produtiva da juventude rural se reduzisse à comercialização de castanha de caju, principal produto de exportação no mercado internacional que garante à sobrevivência das famílias camponesas. Em muitos casos, a ajuda alimentar que o país recebe do exterior em produtos alimentares essenciais

(como o arroz, farinha e açúcar) são trocadas por outros produtos (como a castanha de caju) uma troca inversa àquela do mercado internacional, em dinheiro, que permite o estado acumular mais de 60% de tributos em receita de exportação (Lopes, 1988). Parte da receita de caju garante recurso para o pagamento de mensalidades de jovens camponeses em faculdades e universidades privadas e públicas do país, onde o pagamento de mensalidades, mesmo em instituições públicas do ensino, acontece anualmente a estudantes guineenses, sobretudo, aqueles que vivem na zona rural em situação de vulnerabilidade socioeconômica e educacional.

A fraca presença do estado no ensino ampliou o êxodo rural das regiões para cidades, estes últimos, com maiores oportunidades do ensino superior, ampliando o processo migratório, temporário ou definitivo, para os países da sub-região, Senegal, Cabo-Verde e Gâmbia, principais destinos da juventude rural, mais carenciada.

A escassez de recursos e a degradação de condições de vida da população rural gera tensões sociais, políticas e econômicas, tornando a juventude mais vulnerável a conflitos. Carlos Lopes (1988) problematiza a relação entre a crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau, apontando que os desastres ecológicos estão na base de rupturas políticas e vice-versa. Haveria aqui duas perspectivas sobre o meio ambiente: uma do estado, fixada no discurso do “desenvolvimento”, como sinônimo da “modernização” e o “progresso”, outra relacionada a produção e a reprodução da comunidade camponesa para satisfação de suas necessidades concretas, nomeadamente, controle da terra para produção de alimentos, na perspectiva de autossuficiência alimentar.

Quando o estado não leva em consideração a sobrevivência das comunidades rurais, como algo prioritário, gera conflitos entre grupos sociais, muitos deles relacionados à luta por comida. Neste caso, a luta pelo controle da terra e recursos, principalmente para a produção de alimentos, são elementos importantes na percepção da crise ecológica e gestão participativa no uso da terra por parte dos movimentos camponeses na Guiné-Bissau. O conflito agrava-se com o crescimento demográfico, reduzindo à mão-de-obra juvenil disponível no campo.

Nosso interesse é analisar a percepção dos jovens sobre o êxodo rural e sua relação com o ensino superior. Partimos da seguinte problematização: Como a Guiné-Bissau, país majoritariamente rural e sem forte industrialização para captação de mão-de-obra, enfrenta o deslocamento de jovens camponeses em busca de ensino superior nas cidades? Não seria de esperar que a sociedade guineense, sem uma classe operária da indústria, com baixo grau de urbanização, apresentasse um baixo nível de êxodo rural e alto grau de integração dos jovens camponeses nas zonas rurais, particularmente, na Secção de Có, onde, de um modo, os jovens procuram estabelecer uma relação de distanciamento com suas comunidades e culturas locais?

Que fatores impulsionam êxodo rural e quais os impactos sobre a agricultura familiar na Secção de Cói? São questões que servirão de base para o nosso estudo.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar o êxodo rural e o ensino superior como fatores que impulsionaram a imigração dos jovens camponeses da Secção de Cói-Região de Cacheu entre o período de 2014 a 2023.

2.2 Específicos

- I. Analisar o êxodo rural dos jovens camponeses e seu impacto na agricultura familiar;
- II. Identificar o papel de educação superior na atração de jovens para as cidades;
- III. Analisar a relação entre o ensino superior e a permanência de jovens na sucessão na agricultura familiar;
- IV. Analisar como se configuram as políticas públicas do estado direcionadas à agricultura familiar, à formação dos jovens camponeses e ao desenvolvimento do território;
- V. Identificar as visões que os jovens têm sobre o êxodo rural, a agricultura familiar e a expansão do ensino superior e seus impactos na Secção de Cói;
- VI. Identificar os conflitos, os desafios e as transformações sociais protagonizadas pela juventude camponesa que estimulam ou não a sua permanência no campo e garantem à qualificação das famílias camponesas, de acordo com suas especificidades.

Tais objetivos se tornam relevantes, como parte de uma agenda de pesquisa, porque nos possibilitam responder às perguntas acima formuladas.

3. JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência enquanto jovem rural que nasceu e viveu uma longa trajetória de vida na Secção de Có, uma subdivisão administrativa localizada na região de Cacheu na Guiné-Bissau.

Eu cresci na aldeia de Blom, situada aproximadamente a 2km da cidade de Có. Desde a infância, sempre trabalhei na agricultura, mantendo relações diretas com plantas e animais, utilizado como habitat e meios de subsistência familiar, cultivando diversos produtos alimentícios (como amendoim, milho, batata, alface, tomate, couve, cebola, pimenta, entre outros), com participação direta dos meus pais e apoio da comunidade da secção de Có, em Blom. Além da atividade na agricultura, ajudava nos afazeres domésticos, frequentava a escola primária muito distante da minha casa. A falta de escolas fez com que muitos dos meus colegas não tivessem acesso ao ensino formal. Outros, em função do trabalho na agricultura e luta pela sobrevivência, fez com que um número significativo de jovens rurais ficasse fora da escola pela necessidade de trabalhar. Esse quadro foi agravado, no caso das meninas, pela gravidez precoce e casamento, deixando milhares de meninas sem acesso à educação escolar.

Como não havia o ensino secundário na secção de Có, tive que mudar da zona rural para a cidade de Bissau, a fim de prosseguir meus estudos no Liceu Samora Moisés Machel, um dos poucos que existia no país. Ali conclui o secundário, com apoio do meu tio. A busca pela educação na cidade me levou a abandonar a zona rural, afetando a produção alimentar e a convivência familiar, como aconteceu com a maioria dos jovens da minha geração de um país predominantemente agrícola. Vários fatores estiveram na base de saída de jovens do campo para cidade, dentre os quais, a busca pelo emprego e ascensão social, via instituições do Estado, principal agente empregador, já que o país não dispõe de industriais que pudessem absorver a mão-de-obra da juventude, principalmente em Cacheu-Secção de Có, sem políticas públicas rurais do estado guineense.

Durante a minha estadia em Bissau, eu percebi que muitos dos meus colegas de turma também eram oriundos de áreas rurais, enfrentando, como eu, dificuldades de adaptação e de sobrevivência na cidade devido às diferenças culturais, valores e formas de vida bastante distintas, além de restrições econômicas de sobrevivência. Como consequência, alguns não tiveram possibilidades de prosseguir nos estudos, acabando por entrar na delinquência, como consumo de droga, álcool e prática de roubo urbano, entre outras motivações que afetam o desenvolvimento da juventude, tanto em termos sociais e econômicos, como culturais ou étnicos.

No campo da produção de conhecimento sobre as estruturas sociais guineenses, o nosso estudo se justifica pela incipiente reflexão sobre a juventude e a ruralidade na Guiné-Bissau. Da literatura especializada a que temos conhecimento, pode-se mencionar o texto do sociólogo guineense Carlos Lopes (1988) sobre “A crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau”, publicado na *Revista Soronda de Estudos Guineenses*, no qual ele analisa como a crise ecológica gera os conflitos sociais, econômicos e políticos, particularmente no âmbito da produção de alimentos, em especial, na relação entre o estado e o agricultor. A questão ambiental no Sahael, marcada pela seca e desertificação, subjacente ao êxodo rural, mereceu a reflexão de Lopes. Para ele, a crise ecológica gera fraca produtividade no país e altera o sistema agrário existente, gerando a fraca produtividade, a deflorestação e degradação de terras secas, onde a vegetação diminui ou desaparece, levando à perda de produtividade do solo. Este texto estabelece um diálogo com a nossa pesquisa na medida em que nos permite analisar as consequências e os conflitos gerados no processo de apropriação de terra na Guiné-Bissau, bem como suas consequências para a juventude rural em Có.

Um outro estudo sobre a ruralidade é a dissertação do mestrado de Mamadi Queluntã Injai (2014). Aqui as políticas públicas desempenham um papel crucial ao fornecer apoios financeiros, técnicos e institucionais para agricultura familiar, a infraestrutura rural, a pesquisa agropecuária, entre outras políticas públicas no campo. E outro estudo é do Barros, et al (2016), que analisa “a juventude e a transformação social na Guiné-Bissau”. No contexto da nossa pesquisa, o nosso interesse centra-se na relação entre ruralidade e o acesso ao ensino, dois fenômenos intrinsecamente ligados para o desenvolvimento rural e aprimoramento do setor agrícola. Mais especificamente, queremos entender as transformações que estão ocorrendo no mundo rural e seu impacto no ensino superior e na agricultura familiar, olhando para a juventude de Secção de Có, *locus* da pesquisa.

Haveria que considerar fatores adicionais, como conflitos internos, caracterizados por sucessivos golpes do estado e aumento de desigualdades sociais que conduziram ao conflito político militar de 1998, maior do país seguida da luta pela independência, onde as forças armadas foram divididas em duas alas em disputa pelo poder: uma ala em apoio ao então governo liderado pelo presidente João Bernardo Vieira e outra dirigida por uma junta militar, com apoio das forças estrangeiras dos países vizinhos como Senegal, Guiné-Conakry e Gâmbia. A presença de jovens rurais no conflito foi uma realidade, assumindo papéis de soldados e engajamento militar. Também foram as maiores vítimas ou perpetradores da violência, com número de mortes mais significativas, já que a população guineense é majoritariamente constituída por jovens. Além da presença militar no conflito, a desigualdade regional entre a

cidade e o campo, a falta de oportunidade e à exposição ao conflito e à violência levou com que muitos se envolvessem no exército. Um exemplo foram os jovens da região de Biombo, dentre outras regiões, que, no conflito de 1989, serviram de força física na disputa pelo poder político. É dentro deste quadro que, nos anos recentes, o acesso ao ensino superior, com a participação ativa da juventude rural, assume um papel fulcral nesta pesquisa no âmbito do desenvolvimento local por meio da educação, em especial na Secção de Có.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O êxodo rural, a agricultura familiar e o ensino superior

O êxodo rural é um fenômeno social e demográfico caracterizado pela migração de pessoas de campo para cidade, seja por razões sociais e econômicas, seja por condicionalismos climáticos. Para José de Souza Martins (1996), sociólogo que analisa o contexto brasileiro, em seu livro “O Cativo da Terra”, aborda a questão agrária a relação entre o campesinato e a expansão capitalista no Brasil, a dinâmica entre a luta dos trabalhadores rurais, os movimentos sociais do campo e a relação entre o campo e a cidade, afirmando que o êxodo rural é um fenômeno complexo, decorrente da concentração fundiária, falta de acesso à terra para o cultivo no âmbito da agricultura familiar, mas também, decorrente de desastres naturais, como enchentes e secas, pobreza extrema, miséria no campo, ou exploração das populações rurais pelos grandes proprietários fundiários. Fatores adicionais, como a violência rural contra os movimentos sociais, bem como a falta de oportunidade no acesso à educação, contribuíram decididamente para ocorrência do êxodo rural no Brasil.

Outros autores apontam em suas análises sobre a questão agrária o fenômeno da industrialização como causa da migração em massa da população de campo para cidade. Para Canholi (2014), em seu texto “Dilemas e desafios da juventude rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Paulo”, argumenta que o êxodo rural é a consequência da modernização e da globalização no campo. Esse processo de modernização decorre das transformações profundas que tiveram lugar na agricultura e nas áreas rurais, impulsionadas por transformações tecnológicas e pela integração econômica global. No caso da juventude rural, a autora aponta a ausência de ensino superior, a falta de acesso ao sistema de saúde, espaço de lazer, bem como a busca por melhores condições de vida nas grandes cidades, seja através de migração, seja impulsionado por fatores adicionais como desemprego rural, baixo salário, a falta de infraestruturas, dentre outros, tornando mais difícil a vida dos jovens no campo, principalmente nas regiões.

Ainda no caso brasileiro, a modernização agrícola ocorreu de forma parcial, como normalmente acontece, começando, num primeiro momento, com apropriação coercitiva da propriedade de terra por grandes fundiários, em seguida através da exploração da força de trabalho agrícola, finalizando com a precarização das condições laborais e sucateamento dos direitos sociais e econômicos dos agricultores. São questões que merecerão análise no contexto específico da estrutura agrária guineense, após a independência, dos anos de 1970 em diante, tendo em conta as dimensões micro e macrosociais mais amplas do mundo rural (Zago, 2016).

Outras análises chamam para a complexidade das relações sociais em sociedades contemporâneas. O sociólogo Zygmunt Bauman (2001) analisa o processo da transformação sociais a partir do que ele denomina de “modernidade líquida”, caracterizada pela mobilidade e fluidez das pessoas, mercado, economia e informações como consequências da crise da modernidade, que, no caso específico do mundo rural, gerou transformações no processo da modernização agrícola e globalização da produção de alimentos, exclusão e desigualdades no acesso aos bens do consumo e serviços, a exemplo de ensino superior, subjacente ao processo migratório no contexto atual do neoliberalismo. Um dos impactos da globalização e da industrialização do campo apontado na literatura é a desconstrução de comunidades, famílias, culturas e identidades rurais.

No campo de debate sobre agricultura familiar, há que considerar os diversos sectores da estrutura agrária na sua conceitualização. Bianchini *et al.* (2016), definem agricultura familiar como um modo de convivências sociais, culturais, ambientais e econômicas, na qual são executadas práticas agrícolas e pecuárias em bases familiares, desenvolvidas em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas aos centros das cidades, cuja propriedade e modo de produção da terra normalmente são administradas por famílias (Bianchini *et al.* 2016 apud Arruda e Araújo, 2019 p.2). No contexto da Guiné-Bissau, a categoria central para caracterizar o agricultor familiar é a de *lavrador*, um indivíduo que cultiva a terra, vive no campo, trabalha e sobrevive da agricultura, juridicamente reconhecida pelo estado como uma profissão (Injai, 2014). Nesta perspectiva, dois conceitos são cruciais para análise da agricultura familiar: um relacionado ao contexto no qual ocorre a prática agrícola na realidade social, outro relacionado “a agricultura de subsistência”, focada principalmente na manutenção do agricultor e sustento de sua família, com excedente de produção, se houver, sendo comercializado ou trocado (Souza, 2006, Mendes e Miguel, 2022).

No caso de Guiné-Bissau, as análises tentam dar conta de um contexto rural marcado pelo peso da tradição e da cultura, herdado do passado e redefinido no presente, bem como o sonho da modernidade de uma juventude rural sedenta de melhoria de vida em seu projeto

pessoal ou comunitário. A busca pelo acesso ao ensino de jovens, sobretudo nas cidades, afeta significativamente a produção agrícola de famílias no campo. O acesso ao ensino superior é um desafio para a classe juvenil guineense, sobretudo para os jovens rurais, pois quase todas as instituições do ensino superior existentes no país concentram-se na cidade de Bissau, as regiões, praticamente, não têm estabelecimentos do ensino superior. Para Sucuma (2013, p.104),

A política de acesso ao ensino superior nas regiões é praticamente inexpressiva neste momento. A Faculdade de Medicina é a única faculdade pública que tem campus em algumas regiões do país, nomeadamente nas regiões de Cacheu e Bafatá. Nesta ordem de ideia, todas as faculdades estão centralizadas na capital Bissau.

A centralização das instituições de ensino em Bissau limita o acesso à educação para muitos jovens e aumenta o êxodo rural dos que querem prosseguir com os estudos, especialmente os das regiões distantes. Segundo Sani (2013), isso resulta em isolamento regional, com jovens que não conseguem se deslocar para a capital sendo excluídos do processo educacional. Ter uma habilitação acadêmica torna-se uma das razões de mobilidade para os jovens rurais, que deixam suas aldeias para buscar oportunidades de ensino superior em cidades ou centros urbanos, pois o ensino superior representa um marco significativo na vida de muitos jovens que saíram das suas aldeias e migraram para Bissau ou para estrangeiros, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e profissional. É nesta busca pelo ensino que a relação entre tradição e modernidade se coloca no debate. No caso guineense, Pais (2016) afirma que os jovens da Guiné-Bissau se encontram enclausurados entre dois desafios: um herdado da tradição cultural da memória do passado e outro projetado pela ideia da modernidade, que simboliza a ocidentalização cultural, em contraposição à africanização da vida na aldeia.

A análise sobre o mercado agrícola é outro eixo do debate, com impacto no comércio exterior. Segundo Pais (2016), a transformação na estrutura fundiária guineense gerou mudanças nas relações intergeracionais na sociedade balanta-nhacra guineense, em que a juventude rural deixou de trabalhar a terra na produção de caju, arroz e pastagem do gado para consumo interno e sobrevivência das famílias (caso de arroz) e passaram a produzir bens de exportação para o mercado internacional (castanha de caju, por exemplo), em substituição da agricultura familiar.

Outras análises olham como a pobreza impacta significativamente a vida dos jovens em diversos setores, como a educação, a saúde, emprego e bem-estar geral da comunidade. Para Kliksberg (2006), num estudo feito com os jovens rurais na América Latina, declarou que a situação da juventude rural se mostra preocupante, uma vez que as taxas de pobreza rural na América Latina superam amplamente as das zonas urbanas. Isto porque os jovens rurais

começam a trabalhar mais cedo do que os urbanos, desde criança na agricultura, participam na estruturação da família. Os níveis de acesso ao ensino formal são mais altos na cidade e a evasão escolar é muito mais presente no campo. Essa desigualdade perpétua na juventude, muitas vezes, um ciclo de desvantagens, limitando o acesso a oportunidade escolar e perpetuando desigualdades. No caso guineense, essa desigualdade é uma das dimensões centrais da pesquisa. A vulnerabilidade socioeducacional de jovens em situações de desigualdade e pobreza impulsiona a imigração pela falta de oportunidades no campo. Jovens pobres enfrentam maiores dificuldades de inserção no ensino superior e no mercado de trabalho. Em alguns casos, mesmo com um nível de escolaridade mais elevado são mais prejudicados no mercado de trabalho, sobretudo quando são portadores da cultura étnica de suas regiões ou quando seus familiares não fazem parte de rédeas de poder político, ou não são socializados na cultura e língua dominante – o português. Isso pode acabar gerando conflitos dentro e fora do estado.

No caso brasileiro, o debate central tem sido acesso à terra, tendo em conta o mapa da sua estrutura fundiária, de cuja organização e distribuição é uma das mais concentradas do mundo. Para Kliksberg (2006) e Zaco (2016), a migração da juventude brasileira do campo para a cidade está apoiada na reduzida extensão de terra para os filhos que desejam permanecer na agricultura rural devido à falta de incentivo do governo, uma vez que o baixo rendimento financeiro dificulta a modernização da propriedade. Ao mesmo tempo, o autor acrescenta fatores para o êxodo rural de jovens, a composição das famílias e a divisão social e sexual do trabalho, relações desiguais de gênero na distribuição de propriedade, ausência de espaços de lazer, dentre outros fatores, que contribuem para a percepção negativa de jovens do campo.

Outras dimensões sociais e culturais, como as práticas familiares da divisão do trabalho e da renda entre seus membros, as relações desiguais de gênero na distribuição da herança e ainda as restritas possibilidades de lazer, não estão ausentes e ocupam até mesmo um lugar importante nas avaliações dos jovens sobre a vida e sobre seus futuros (Zaco, 2016, p.76-77).

A questão da juventude e as relações intergeracionais é outro tema complexo e multifacetado, com implicações sociais, econômicas e culturais presente no estudo sobre ruralidade e ensino. A busca pela liberdade e construção de identidades nas relações entre gerações nem sempre é consensual na transmissão de valores e conhecimentos. A subordinação dos jovens aos pais ou a um membro da família, bem como às práticas tradicionais ou locais podem gerar nos jovens a percepção de deixar o lugar rural à procura de melhores condições de vida na cidade, em busca da autonomia e da liberdade, principalmente a procura de ensino superior, o que pode gerar conflitos com práticas culturais da sua comunidade de origem. É

nesta ótica também que se coloca a tensão entre a juventude e a família em decorrência da migração para centros urbanos, questão a ser considerada na pesquisa.

A relação entre a juventude e as transformações no campo na contemporaneidade é marcada pelo debate sobre a globalização. Ela possibilitou o acesso de jovens à informação e à tecnologia de telecomunicações, possibilitando a diversificação de suas atividades e disseminação de novos modelos culturais que podem levar ao êxodo rural, dificultando a permanência dos jovens no campo e a sucessão familiar na agricultura. Por outro lado, a globalização também pode, inversamente, levar à valorização e à revitalização da cultura local na medida que a juventude rural se apropria de elementos culturais de outros contextos e os integram ou transformam em sua própria práticas, isso reforçaria o protagonismo dos jovens do campo, sua participação política e econômica a partir de desenvolvimento de projetos que atendem às suas necessidades e inspirações de vida.

No caso guineense, na secção de Có, a valorização de bens culturais locais através da promoção de práticas comunitárias locais, têm reforçado a sua identidade e patrimônio cultural que contribuem para a preservação de relações de parentesco, patrimônio material e imaterial da comunidade.

De acordo com Schneider (2016) apud Arruda e Araújo (2019 p. 4) “povos que priorizam os bens culturais que lhes são herdados, são fortemente incentivados pelas relações de consanguinidade e parentesco a continuarem com os recursos materiais, valores culturais e simbólicos que definem a sua identidade. É um envolvimento social que torna o agricultor mais integrado à vida familiar.”

Apesar da globalização, a cultura local contribui para a manutenção da vida comunitária, seja através de rituais de fanado (ou rituais de circuncisão), seja por meio de casamentos, relações de gênero ou em relação ao abandono escolar da juventude rural nas aldeias. Para Santos (2022)

Nessa localidade (aldeias) as tradições culturais continuam presentes no que se refere a preservação da identidade cultural guineense, em que muitos rituais, infelizmente ou felizmente, acabam por contribuir no abandono escolar desses jovens, a exemplo de rituais de passagem chamado *fanado*, que perpassa quase todos os grupos étnicos guineense. Por outro lado, destacamos, também, a questão do casamento forçado das meninas, que ganhou um amplo debate muito no que diz respeito a questão do gênero, que afetam sobretudo crianças e mulheres, porque são reservadas atividades domésticas, como procura de lenhas ou troncos, água, cozinhar alimentos e alimentar famílias (Santos, 2022 p.14).

A produção de caju é fortemente concentrada na cidade, Bissau, voltada para o mercado externo. A Guiné-Bissau, embora tenha sido um grande produtor e exportador para o mercado internacional a partir da África, o mercado não oferece nenhuma política de transformação local do produto, e o país vem perdendo espaço para os países como Senegal e Costa do Marfim. A falta de desertificação da produção agrícola a partir da agricultura familiar é um desafio que se

coloca a juventude e o governo em geral. Embora o país possua diversos produtos tropicais, favorecendo cultivos variados e aumento de renda familiar do agricultor, infelizmente, grande parte da produção de caju se restringe à prática de coleta, uma herança do período colonial ainda presente na atualidade. Segundo a Carta de Política para o Desenvolvimento Agrário (CPDA, 2002, apud Injai 2014, p.77),

Na Guiné-Bissau existe uma gama grande e diversa de culturas, principalmente nas práticas de lavoura dos pequenos produtores. No entanto, a diversificação das culturas não é estimulada pelas políticas públicas do país devido à prioridade no plantio, colheita e exportação de castanha de caju. A prioridade no caju já era uma prática exclusiva dos ponteiros, pequenos comerciantes locais, à época da colonização. No entanto, a partir do final da década de 1980 e início da década de 90 aos dias atuais, devido à busca pelo ganho financeiro, os pequenos produtores têm progressivamente voltado suas atividades para a plantação do caju em detrimento de outras culturas.

Nos últimos tempos, as mulheres¹, com maior presença na agricultura e na vida social, têm se dedicado mais à atividade familiar na produção de hortaliças ou olericultura, já os homens concentram-se na plantação de caju. A primeira é voltada para consumo, já o segundo para o comércio transnacional, com pouca presença feminina. Percebe-se, aqui, uma desigualdade de gênero no usufruto financeiro e econômico entre mulheres e homens. Isto é, a participação de mulheres na vida econômica e social do país não reflete seus ganhos monetários e autonomia econômica.

A relação entre a juventude e a sustentabilidade, focalizando seu papel no desenvolvimento sustentável da comunidade, tem sido outro desafio no debate. Aqui se coloca a relação entre o homem e a natureza, envolvendo a juventude na construção de um mundo sustentável. Isso porque o cultivo familiar é identificado, por alguns autores, como uma atividade dependente do uso da natureza. Essa dependência ocorre pelo fato de o agricultor tirar da terra os alimentos que garanta sua manutenção de vida (Moraes, *et al.* 2015 apud Arruda e Araújo 2019 p.3). A seca, ou queima de mato (incendiar a mata) e a utilização dos lixos de forma inadequada, tem um enorme impacto na agricultura familiar, pois, o solo perde a fertilidade. Na maioria das aldeias guineenses, os camponeses optam pelo desmatamento para plantação da fileira de caju, trazendo consigo graves problemas ambientais, como degradação do solo, poluição da água, do ar e perda de biodiversidade, afetam diretamente a vida e o sustento das comunidades rurais.

¹ Atualmente as mulheres dedicam mais atividades agrícolas na época chuvosa ou não, estas sempre cultivam mais legumes para vender nas feiras (mercado informal).

4. 2 Políticas públicas no campo.

As políticas públicas são uma estratégia de governação em que o estado adota as medidas que vão em consonância com os interesses dos cidadãos. Para Teixeira (2002, apud Injai, 2014) políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público. Envolve regras e procedimentos nas relações entre o poder público do estado e a sociedade civil, através de mediações entre as duas instâncias. Haveria aqui uma distinção entre política pública e política governamental. A primeira se destina à gestão da sociedade civil, em diversas áreas, como agricultura, educação e meio ambiente. Está ao nível de tomada de decisões, a fim de garantir que as metas planeadas sejam atingidas é a segunda.

Nesse sentido, cabe distinguir ‘políticas públicas’ de ‘políticas governamentais’. Nem sempre ‘políticas governamentais’ são públicas, embora sejam estatais. Para serem ‘públicas’, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (Injai, 2014, p.49).

Deste modo, não se pode falar de política agrícola e desenvolvimento rural sustentável, porque o próprio estado não tem interesse em desenvolver uma política pública direcionada para zonas rurais e muito menos para juventude rural. Desde a transição democrática em 1991 até hoje nenhum governo consegue terminar o seu mandato, a instabilidade política faz parte da vida cotidiana dos guineenses, pois toda vez que os cidadãos votam em um partido, este nunca consegue terminar o seu mandato. Deste modo, não se pode saber qual é o plano governamental do governo eleito democraticamente para com as populações rurais uma vez que a governação sempre é interrompida devido aos interesses de políticos guineenses. Portanto, nenhum governo vai conseguir executar seu programa em apenas um ano ou dois anos de mandato. Com poucas vidas que os governos guineenses têm, leva-nos a pensar na inexistência de políticas públicas voltadas às zonas rurais, aliás podem existir, mas nos papéis, pois na prática não se verificam porque os governos investem pouco nesse setor. Conforme afirma Injai (2014, p.94),

[...] os sucessivos governos do país têm pouco investido no Ministério da Agricultura (com exceção do ano de 2011, quando se tentou um maior investimento neste setor, 10,70% das despesas públicas do Estado), o que reflete em uma política pública pouco clara e consistente para o setor agrícola, ou seja, apesar deste setor abranger significativa parcela da população, e, conseqüentemente, da produção do país, e apesar de ser concebido como prioridade para os investimentos governamentais, na concretização destes investimentos isso não ocorre, uma vez que, outros setores da economia são beneficiados de maneira mais efetiva.

Tendo a citação acima, leva-nos pensar que com instabilidade política que verifica no país e os governos têm investido pouco no setor agrícola, será arriscado da nossa parte

pensamos na existência de uma política pública para juventude rural, pois, as iniciativas, como projetos de apoios aos lavradores na Guiné-Bissau, são levadas a cabo pelas ONGs ²(Injai, 2014).

Em países como Brasil, por exemplo, nota-se uma iniciativa diferenciada do governo federal em criar programas de apoio à juventude rural. Para Canholi (2014, p.77), num estudo feito no interior de São Paulo, descreve o seguinte:

No âmbito das políticas públicas direcionadas para juventude rural, se tem registros de iniciativas do governo federal, Programa Nossa Primeira Terra, Programa Pronaf Jovem e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem). Nesses programas os jovens podem acessar linhas de financiamentos que são parte do Programa Nacional de Créditos Fundiários para aquisição de imóveis e investimentos em infraestruturas (sic) básica.

Com esses financiamentos, incentivam os jovens a permanecerem nas suas aldeias e continuar os trabalhos familiares, e para além destes programas de financiamentos, o governo promove as formações técnicas gratuitos de jovens em atividades agrícolas para que estes possam atuar com conhecimentos de fatos, diferente o que acontece na Guiné-Bissau

Na Guiné, verifica-se, a reprodução da concepção do colonizador sobre meios rurais com a centralização de ações administrativas na cidade de Bissau. Segundo Injai (2014), na Guiné-Bissau, a política agrícola e o desenvolvimento rural foram decorrentes da herança colonial, uma vez que os colonialistas tinham como referência o modo Europeu de conceber o desenvolvimento, permeado pela centralidade do urbano e industrial e dos saberes científicos, em busca do crescimento econômico e integração aos mercados. Esse processo não refletia preocupações com o desenvolvimento rural sustentável. O mesmo autor argumenta que atualmente o país está dependente da fileira (cadeia produtiva) de caju, que por sua vez é altamente dependente da conjuntura do mercado internacional, o que constitui um obstáculo na perspectiva da redução da pobreza e da aceleração do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM na Guiné-Bissau.

Perante o que foi exposto acima, compreende-se o governo guineense valoriza mais os produtores de grande escala, como os comerciantes e ponteiros³ em detrimento dos pequenos produtores ou lavradores, estes últimos continuam viver na miséria, sem apoio do governo para ampliar suas produções. Se o governo apoiar e incentivar esses indivíduos, atividade econômica

² Organizações não governamentais.

³ Agricultores modernos com grandes propriedades e maior parcela de terra, com finalidade de lucro e vendas no mercado internacional.

não dependerá apenas da comercialização da castanha de caju, como é visível atualmente, os pequenos produtores ou lavradores optam por devastar as matas para plantação da fileira de caju.

E por outro lado, incentivando a prática da agricultura por meio de subsídios agrícolas ou apoio financeiro aos pequenos produtores (lavradores), créditos rural ou financiamento para investimentos, seguros agrícolas ou proteção contra riscos climáticos, programas de treinamentos ou capacitação técnica e incentivos fiscais ou benefícios para empresas rurais, está criando condições para emprego rural, isto é, diminuir migração para zonas urbanas, capacitação em técnicas agrícolas, gestão e empreendedorismo, independência econômica, preservação de patrimônio rural, isto é, continuidade da propriedade rural e contribuição para segurança alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis. INE-GB (2009), salienta, ainda, que a fraca capacidade do estado guineense de criar empregos nas regiões e nas cidades está na origem dos desafios sociais, como a desigualdade e a pobreza da juventude, que deixam o campo em busca por melhores oportunidades de emprego e estudo, sem apoio estatal, tanto em financiamento estudantil, quer em formação educacional e técnica, fomentando conflitos, crises, violências, migrações, gerando impactos negativos na agricultura familiar e na autonomia dos jovens produtores rurais.

5. METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativa, porque seu propósito é estudar uma questão voltada aos fenômenos sociais e humanos, isto é, fazer uma análise do êxodo rural e ensino superior da camada juvenil na região de Cacheu, focalizando a Seção de Có.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), o método da pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas o aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social em contexto específico, a fim de descrever, esclarecer, aplicar, modificar conceitos e ideias, formular problemas e hipóteses acerca de um determinado fenômeno, especialmente sobre o problema do êxodo rural de jovens camponeses e sua relação com ensino superior na Guiné-Bissau, na região de Cacheu-Seção de Có

O cenário da pesquisa de campo decorrerá em Bissau. O levantamento de dados para análise será realizado no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), onde levantaremos informações sobre políticas públicas no campo para o Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; levantamento no Ministério da Administração Territorial e Poder Local

(MATPL); no qual buscaremos informações sobre a estrutura agrária e o funcionamento da agricultura familiar; no Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre os dados demográficos e socioeconômicos; no Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP), onde coletaremos informações sobre a produção científica guineense, tendo como foco a questão agrária, juventude rural e ensino superior, que nos ajude na resposta às questões levantadas no projeto, referente ao desenvolvimento local da Secção Cói; Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II), no qual serão extraídos os dados relativos a pobreza nas zonas rurais, principalmente, dos jovens, além da coleta de dados no Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), focado no desenvolvimento, juventude e gênero. A escolha desta seção se justifica pela sua importância da agricultura na economia local e pela forte presença de jovens camponeses à procura do ensino superior e emprego em Bissau.

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, em primeiro lugar, faremos a pesquisa bibliográfica (revisões de artigos científicos, trabalhos acadêmicos e outros) para nos situar no nível de debate que se encontra o estudo sobre êxodo rural de jovens em relação ao ensino superior e agricultura familiar de subsistência em geral e em específico, no contexto da Guiné-Bissau. Para Marconi e Lakatos (2015), todo trabalho científico se inicia com pesquisa bibliográfica, pois é a partir desse meio que o pesquisador consegue ter mais noção sobre o assunto em estudo.

Em seguida, será fundamental a realização de uma análise documental que constituirá em levantamento das informações nos documentos oficiais, relatórios do governo para entender as políticas públicas agrícolas e educacionais, programas voltados às zonas rurais guineense, sem descartar possibilidade de recolher e analisar os dados ou informações de caráter quantitativos, os censos das deslocações dos jovens para cidade.

Ao longo da pesquisa, será usada a entrevista semiestruturada com o nosso público-alvo, a fim de captar as experiências e percepções destes em relação ao êxodo rural e ensino superior e como é que estes fenômenos dificultam o desenvolvimento regional e local. A entrevista semiestruturada segundo Triviños (1987), permite ao entrevistado falar suas vivências sem desviar do foco de pesquisador/a, podem surgir respostas livre e espontânea do informante, neste momento, é fundamental o papel do pesquisador na recolha da informação. A entrevista será feita com 8 jovens oriundos de secção de Cói, nos quais, 4 meninas e 4 meninos e 2 agentes públicos, 1 do (MADR) e 1 do (MAPL).

E, por outro lado, não é descartado a possibilidade de aplicar grupo focal na coleta de dados, pois é uma técnica da pesquisa qualitativa que permite coletar opiniões, atitudes e experiências. Será pertinente neste caso para discutir com grupo de jovens camponeses, família

local e entre outros sobre suas percepções acerca do objeto do estudo. Para Gil (2008), grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa utilizada para coletar dados através de discussões estruturadas com um grupo pequeno e diversificado de participantes.

O instrumento da pesquisa será estruturado da seguinte maneira: Identificação do entrevistado, questões abertas elaboradas com base nos estudos do êxodo rural de jovens e ensino superior. Assim permitirá que partilhem seus sentimentos e visões sobre o assunto. Levando em consideração o objetivo e os problemas levantados por esta pesquisa, a análise e interpretação de dados serão realizados por meio de técnica de análise qualitativa, como a análise do conteúdo, por ser uma abordagem sistemática e objetiva, além de garantir flexibilidade e profundidade no estudo. Bardin define análise de conteúdo como,

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 46).

Quanto ao procedimento ético, a pesquisa será realizada de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica, isto é, os participantes serão informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e darão seu consentimento para participar, as informações recolhidas permanecerão em sigilo e não serão divulgadas sem permissão dos participantes e a pesquisa será realizada de forma a respeitar a dignidade e a autonomia dos participantes.

6. CRONOGRAMA

Durante realização do nosso trabalho, eis atividades que vamos executar e o período específico para execução de cada parte que constituem a nossa pesquisa:

Atividades	Jan-Fev	Mar-Abr	Mai-Junh	Julh-Agos	Set-Out	Nov-Dez
Revisão bibliográfica publicas	X	X				
Coleta instituições		X	X			
Coleta UNFPA		X	X			
Coleta INEP		X	X			
Elaboração dos instrumentos de coleta (roteiros de entrevista e grupo focal).			X			
Realização da pesquisa de Campo (entrevistas e grupo focal			X	X		
sistematização			X	X	X	
Análise de dados			X	X	X	
Redação final				X	X	
Defesa de TCC						X

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rafael Vinícius; ARAÚJO, Victória. **A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural**. *Enciclopédia Biosfera*, 2019, 16.29. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2019>. Acesso em 28 de janeiro de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

CANHOLI, Patricia Fracarolli. **Dilemas e desafios da juventude rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro-SP**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.91.2014.tde-28072014-104208>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

DENARP II Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2011-2015) (2011). Disponível em <http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp2.pdf>. Acesso em 6 de fevereiro de 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. UAB/UFRGS. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed.-São Paulo: Atlas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE-GB). Migrações. In: **Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009**. Bissau, 2009.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE-GB). **Projeção demográfica da Guiné-Bissau**, 2024. Disponível em <https://www.stat-guinebissau.com/>. Acessado em março de 2025.

INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/813/PB_PPGDR_M_Indjai%2C%20Mamadi%20Queluntã_2014.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2024 de 2024

JAO, Mamadú. **Estrutura “Política” e Relações de poder entre os Brâmes ou Mancanhas**. Soronda. n. 8 jul. 89. P, 47-61

KLIKSBERG, Bernardo. **O contexto da juventude na América Latina e no Caribe**: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 909-42, Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

LOPES, Carlos. **Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau**. In *Soronda* nº6 INEP, Bissau, 1888, pp. 21-38.

MANGO, Armando, **Os brames da Guiné-Bissau do século XVIII-XX História e Antropologia**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos- 7.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2015.225p.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC. 1996b.

MENDES, Jorge; DE ANDRADE MIGUEL, Lovois. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Guiné-Bissau**: reflexões acerca da situação socioeconômica e produtiva da agricultura na região de Tombali, província Sul. *Revistas De AS*, Rio de Janeiro, v.17, p. 1-26, e023005, jan./dez.2022.

PAIS, José Machado. Juventude e transformação social na Guiné-Bissau. In: Prefácio: **Um tiro kada dia** 1ªed.Inep/Corubal. Lisboa, 2016

SANI, Quecoi. **A educação superior no desenvolvimento da Guine Bissau**: Contribuições, limites e desafios. Diss. 2013. Disponível em: Acesso em 18 de fevereiro de 2025.

SANTOS, Justina Pedro dos. **Evasão/abandono escolar no meio rural na região do Cacheu em Guiné-Bissau**: uma observação voltada a seção de Có (2000-2019). 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3053. Consultado em: 7 de fevereiro de 2024

SOUZA, H.N.; **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais**: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na zona da mata mineira. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em <https://orgprints.org/id/eprint/21837/1>. Acessado em 20 junho de 2024.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. Diss. – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife: UFPE. 2013. Disponível em: [http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20ar naldo%20sucuma.pdf](http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20arnaldo%20sucuma.pdf)> Acessado em 20 de fevereiro de 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo ``. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009

ZAGO, NADIR. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. Revista brasileira de educação, v. 21, p. 61-78, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VpcSrFL4RSWkpqbKfzmDr6c/abstract/?lang=pt>. Consultado em: 21 de fevereiro 2024.